Acção intentada em 10 de Março de 1992 pela Comissão das Comunidades Europeias contra o Reino de Espanha

(Processo C-73/92)

(92/C 107/10)

Deu entrada em 10 de Março de 1992, no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, uma acção contra o Reino de Espanha, intentada pela Comissão das Comunidades Europeias, representada por Daniel Calleja y Crespo, na qualidade de agente, com domicílio escolhido no Luxemburgo no gabinete de Robert Hayden, representante do serviço jurídico da Comissão no Luxemburgo, Centro Wagner, Kirchberg.

A demandante conclui pedindo que o Tribunal se digne:

1. Declarar que, ao instituir e manter em vigor um regime fiscal em matéria de IVA aplicável a prestações de publicidade que exclui determinadas operações, como a de promoção, da noção de publicidade, contrariamente ao disposto no artigo 9.º, n.º 2, alínea e), da Sexta Directiva 77/388/CEE do Conselho (*), o Reino de Espanha não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força do Tratado CEE;
2. Condenar o Reino de Espanha nas despesas.

Fundamentos e principais argumentos

De acordo com o artigo 9.º, n.º 2, alínea e), da Sexta Directiva para as «prestações de serviços de publicidade» o lugar de realização do facto gerador de imposto será o lugar onde o destinatário tenha a sede da sua actividade económica. A aplicação pelas autoridades espanholas desta regra exclusivamente a serviços prestados em virtude de determinados contratos (serviços de criação e difusão de uma mensagem publicitária) exclui todas as outras formas publicitárias acessórias de uma campanha, como as actividades de promoção que serão sujeitas a imposto de acordo com o critério do prestador — e não do destinatário — do serviço, por força da norma geral do artigo 9.º, n.º 1.

Esta interpretação restritiva da noção de publicidade pode gerar situações de dupla tributação ou de não tributação no caso de prestação de serviços de publicidade entre diversos Estados-membros.

(*) JO n.º L 145 de 13. 6. 1977, p. 1; EE 09, F 01, p. 54.

Acção intentada em 12 de Março de 1992 pela Comissão das Comunidades Europeias contra o Reino da Bélgica

(Processo C-80/92)

(92/C 107/11)

Deu entrada em 12 de Março de 1992 no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias uma acção contra o Reino da Bélgica, intentada pela Comissão das Comunidades Europeias, representada pelo seu consultor jurídico Richard Wainwright e Virginia Melgar, funcionária francesa destacada junto da Comissão, com domicílio escolhido no Luxemburgo no gabinete de Robert Hayden, Centro Wagner, Kirchberg.

A demandante conclui pedindo que o Tribunal se digne:

1. Declarar que o Reino da Bélgica, ao adoptar a lei de 30 de Julho de 1979 e os decretos de aplicação de 15 e 19 de Outubro de 1979 relativos às radiocomunicações não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força dos artigos 30.º, 34.º e 59.º do Tratado CEE;
2. Condenar o Reino da Bélgica nas despesas.

Fundamentos e principais argumentos

O artigo 7.º da lei supracitada que sujeita a importação na Bélgica de aparelhos receptores de radiocomunicações originários de outros Estados-membros — à excepção de aparelhos destinados exclusivamente à recepção de emissões de radiodifusão sonora ou televisiva — a um procedimento de aprovação constitui uma medida de efeito equivalente a uma restrição quantitativa à importação contrária ao artigo 30.º do Tratado CEE.

O artigo 7.º, segundo parágrafo, da já citada lei, que prevê a faculdade de dispensa dessa aprovação para os protótipos de aparelhos de radiocomunicações (emissores e emissores-receptores) destinados à exportação para outros Estados-membros constitui uma medida de efeito equivalente a uma restrição quantitativa à exportação contrária ao artigo 34.º do Tratado CEE, devido à apreciação discricionária de que goza o ministro competente.

O artigo 4.º, alínea c), da mesma lei, que impede qualquer pessoa que se encontre em território belga de captar radiocomunicações oriundas de outros Estados-membros e que lhe não são destinadas constitui uma restrição à livre circulação de serviços contrária ao artigo 59.º do Tratado CEE. Na verdade, esta regulamentação proíbe aos particulares receber, designadamente através de antenas parabólicas, programas de radiodifusão sonora ou televisiva difundidos por satélites do serviço fixo, e às em-